

# Editorial

## Editorial

O tema central deste número da nossa Revista não é novidade nem acontecimento inédito no Brasil. Não é também nada bombástico, porque não se trata de notícia do momento. Dito assim parece até que vamos tratar de um assunto desimportante, mas não é nada disso. Ao contrário, é justamente sua importância que nos fez pensar nele como tema principal desta edição. O prezado leitor, como considerável parcela da população brasileira, tem se preocupado com as relações entre Estado e sociedade, com os direitos e deveres do cidadão e seus respectivos reflexos na reconstrução e consolidação democrática em nosso país. Isso, no entanto, não se conquista da noite para o dia. Justamente por isso, o tema cidadania tem o destaque neste número.

Nosso entrevistado desta edição é o sociólogo e Prof. Dr. Sérgio Adorno, diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). A diversidade de perguntas permitiu ao professor analisar questões importantes no tocante às relações entre o Estado e a sociedade brasileira. Destacam-se como temas, em suas respostas, a democracia, a violência e a cidadania, entre outros. Para ele, pensando a situação econômica e política em que estamos vivendo, o país avançou em alguns aspectos significativos nos últimos trinta anos. Estamos em outro estágio, no que concerne à politização da sociedade. A cidadania é um dos claros exemplos desta evolução. Houve uma época em que não sabíamos precisamente como nos comportar diante de impasses entre o cidadão e o Estado, e até mesmo em assuntos que envolviam direitos e obrigações do cidadão para com a sociedade. Hoje estamos mais informados sobre essas questões. O cidadão tem consciência pública dos seus direitos, eles estão contemplados com muita clareza, especialmente a partir da Constituição de 1988, estão consagrados, e resta-nos reivindicá-los. Como diz nosso entrevistado ao falar dos direitos e deveres, "É preciso ser socializado desde a infância para aprender a respeitar as diferenças, ser tolerante, aprender que há horas em que é preciso ceder para se ganhar". Claro, seria insensato e até mesmo fora de propósito discordar da afirmativa do professor Adorno. Além disso, ele reconhece que a democracia, enquanto sistema político, tem suas

WALDENYR CALDAS

Universidade de São Paulo.  
Escola de Comunicações e  
Artes, São Paulo, Brasil

nuances, isto é, seus altos e baixos. Em certo momento de sua resposta sobre o tema ele nos diz o seguinte: "A demanda por direitos acompanha as mudanças societárias. Em alguns momentos, vivemos uma época de grandes avanços; e em outras, de crises. Isso acontece – e aqui eu vou usar o argumento de Marx – segundo o qual nenhuma sociedade propõe problemas que não possa resolver". Aqui cabe uma observação do nosso entrevistado, provavelmente uma das mais importantes quando falamos de democracia. Ele reconhece que as diferenças são legítimas e as considera compreensíveis. Há soluções para essa situação na sociedade capitalista? É bom que você pense nisso, caro leitor. Porém, o que não é aceitável, segundo nosso entrevistado, é formalizar as desigualdades hierárquicas premiando a riqueza e o poder. Perfeito! Este é o momento mais significativo da sua entrevista. Aproveito para concordar com a afirmação do professor Adorno. Ora, se para a Constituição brasileira, todos são iguais perante a lei, é difícil a sociedade entender e aceitar que um cidadão, apenas por ter um curso universitário, o que já é um privilégio, ao ser preso ter direito a cela especial. Ao mesmo tempo, o político comprovadamente corrupto tem foro privilegiado e não pode ser julgado pela justiça comum durante a vigência do seu mandato. Situações como essas realmente confundem boa parte da sociedade e são mais alguns dos motivos de descrença na nossa democracia. Reportando-se à sociedade brasileira, ele reconhece que nosso momento é difícil e que estamos enfrentando uma crise de liderança política. Permito-me acrescentar que o quadro nesse momento é de governabilidade mesmo. Para terminar, o professor Sérgio esclarece que o *impeachment* é um recurso constitucional, mas que só deve ser usado em casos extremos, quando o diálogo e todas as outras alternativas para manter o chefe do Poder Executivo na presidência se esvaírem, que me parecem mesmo medidas mais sensatas e inteligentes.

O artigo, de autoria da Profa. Dra. Diana Helena de Benedetto Pozzi, intitulado *Afinal, o Que é Cidadania?* trata-se de uma análise sutil e bem realizada do conceito de cidadania. Para falar do tema, ela se reporta nas entrelinhas à Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, importante documento da época da Revolução Francesa que atravessou o tempo e permanece atual em nossos dias. Ao longo do texto, chama-nos atenção o caráter polissêmico do atual conceito de cidadania impetrado pela autora. Em que pesem as diversas interpretações que se possa dar a essa expressão, o fato é que todas elas convergem para um único ponto: as relações entre o Estado e a Sociedade. Se isso ocorresse bem já teríamos dado um grande passo para que os cidadãos pudessem, enfim, viver em um ambiente realmente democrático onde seus direitos e deveres fossem respeitados. Mas, para o desencanto de todos nós, não é precisamente isso o que vem ocorrendo em nosso país. Vivemos uma grave crise política e econômica, com sérios reflexos negativos para a imagem do Congresso Nacional. No cotidiano das ruas é muito fácil ouvir os comentários dos transeuntes desiludidos não apenas com os políticos, mas especialmente com o desempenho político-administrativo do Poder Executivo. Nessas condições, nos mostra a autora, a situação que vivemos passa também por uma crise de cidadania. Sendo assim, portanto, nossa democracia não avança e as relações sociais, as relações entre cidadãos, ganham contornos de uma vagueza inespecífica, onde tudo pode ser aceito, mas tudo pode também ser rejeitado. Nossos direitos e deveres ficam à deriva

por conta do imponderável. Não por acaso, a autora chega a dizer que, em nosso país, “aparentemente não interessa ser ‘cidadão’, mas tão somente ter poder aquisitivo para se equiparar aos demais”. Não há como discordar disso.

Já o artigo do Prof. Dr. José Goldemberg, presidente da FAPESP, intitulado *Energia e Sustentabilidade*, nos traz novidades sobre um tema cada vez mais importante, não apenas no Brasil, mas no plano internacional. Ele inicia seu texto analisando dois conceitos básicos do Relatório Brundtland, de 1987, intitulado *Nosso futuro comum*, sobre o meio ambiente e o chamado desenvolvimento sustentável. Em outros termos, como esclarece o próprio autor, a definição dos conceitos em pauta, “inclui sustentabilidade física, desenvolvimento, a satisfação das necessidades e o reconhecimento de certos limites impostos, ou pelo meio ambiente, ou pelos nossos deveres com a geração presente e as futuras.” A citação é longa, mas absolutamente necessária e esclarecedora.

Valendo-se dos critérios kantianos sobre o “imperativo categórico”, segundo o qual “ninguém deve atuar exceto numa forma em que seus desejos possam se transformar em lei universal”, o autor destaca a necessidade de se pensar nas questões que envolvem o meio ambiente, a sustentabilidade e, sobretudo, ter sempre em mente os aspectos pertinentes à justiça social. Aqui se pode entender muito bem o recado aos países muito ricos e desenvolvidos que falam muito em meio ambiente, mas não levam em consideração a justiça social. O que lhes interessa mesmo é a produção da riqueza, ainda que não se respeite os direitos do cidadão. Certamente esse é um dos aspectos que tornou o conceito de Desenvolvimento Sustentável, do Relatório Brundtland, criticado até nossos dias, como nos mostra o professor Goldemberg.

Porém, a segunda crítica apontada pelo autor, é realmente bem interpretada e quem ganha com isso é o leitor. Ele nos alerta que o conceito de Sustentabilidade “ignora o fato de que existem grupos e classes sociais diferentes na sociedade...” Assim, em sua própria base, o conceito já peca por desconhecimento sociológico das relações sociais e da consequente dinâmica de uma sociedade de classes. Não se leva em conta as relações de produção, as relações do binômio socioeconômico capital-trabalho e, por decorrência, a própria estrutura social. Há que se pensar nas diferentes classes sociais, e isso não foi feito, como mostra o professor Goldemberg em seu trabalho.

Só assim pode-se pensar em garantir a sustentabilidade de toda a sociedade e não apenas de segmentos mais abastados da população. Justamente pensando dessa forma é que o professor Goldemberg acrescenta um lúcido esclarecimento: “é evidente que algumas dessas aspirações são conflitantes e que o desenvolvimento sustentável para uns pode ser desenvolvimento predatório para outros.” O artigo em pauta apresenta ainda ilustrações e gráficos muito esclarecedores sobre o tema proposto, vale a pena conferir.

Caro leitor, este número traz ainda sete artigos que tratam de interesse de outras áreas, mas todos eles muito bem trabalhados em suas especificidades, justamente objetivando contribuir com pesquisadores interessados nos temas que aqui apresentamos. Boa leitura!

**WALDENYR CALDAS** professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e editor associado da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: [waldenyr@usp.br](mailto:waldenyr@usp.br)